

SEM PONTE E SEM BARRACO: A SITUAÇÃO VIVIDA PELOS MORADORES DA “BAIXADA” PERPÉTUO SOCORRO, DE MACAPÁ, ANALISADA COMO DRAMA SOCIAL¹

Roberta Scheibe²

Resumo: Este artigo analisa a situação vivida pelos moradores da “Baixada” Perpétuo Socorro, de Macapá/AP, vítimas de um incêndio em outubro de 2013. “Baixada” é um termo popular para referir-se a áreas de proteção ambiental, úmidas e alagadas, espécies de mangues, que se localizam nas partes baixas da cidade e que são utilizadas como moradia por parte da população. Na capital Macapá há 24 áreas de ressaca e 22 destas áreas são habitadas por migrantes desde o final dos anos 1960, totalizando uma população de mais de 53 mil pessoas de acordo com o censo de 2000. No censo de 2010 o IBGE não encontrou a localização de 10 destas áreas porque as mesmas escondem-se pela arquitetura da capital do Amapá. As redes de pessoas que ocupam estes lugares impróprios para moradia, sem saneamento básico e infraestrutura, construíram pontes e casas sobre a água, residindo sobre palafitas. Neste artigo apresento como era a “Baixada” Perpétuo Socorro, localizada no bairro de mesmo nome, um dos mais tradicionais de Macapá, em função de um pequeno porto que leva e traz peixes e alimentos às populações de ambos os lados do Rio Amazonas, com mais de 8 mil quilômetros de extensão. Na “Baixada”, até o dia do incêndio que devastou totalmente o lugar, havia uma circulação diária de 2 mil pessoas. O artigo evidencia também a sequência dos acontecimentos deste dia até os embates posteriores dos moradores com o governo, na luta por um novo lugar de moradia e pertencimento social; bem como pelo período de instabilidade até o recebimento das casas ofertadas pelo poder público. A sistematização dos dados é alicerçada no modelo metodológico e analítico de dramas sociais, uma vez que os eventos ocorridos fizeram emergir conflitos, disputas e, mais tarde, negociações entre moradores e o governo municipal e estadual.

Palavras-chave: Baixada; Macapá-AP; Drama Social; Habitação.

Introdução

*E lavavam a minha esperança perdida,
De crescer lá no Igarapé
E lavavam o medo que tinha da vida
E agora o meu medo o que é?*
(Igarapé das Mulheres – Osmar Junior)

Victor Turner, que idealizou a metodologia de dramas sociais, a avalia como um procedimento distinto de análise porque se fundamenta em uma zona de cristalinidade em oposição ao *modus operandi* da vida cotidiana. De acordo com este autor, os dramas sociais podem acontecer entre grupos e pessoas, e se principiam quando o habitual da vida social é atravessado por um rompimento das cláusulas que conduzem as relações sociais entre este grupo ou estas pessoas. Esta quebra do dia-a-dia desencadeia um estado de crise, que, se não for resolvido, pode induzir a uma divergência irreparável (RODRIGUES, 2011). Mas para que isso não aconteça representantes da comunidade ou de instituições envolvidas no processo precisam esforçar-se para resolver o conflito e reintegrar estas pessoas ou grupos.

Para que um fato que cruza o cotidiano de um grupo ou de pessoas se configure como drama social, é necessário a clareza quanto ao seu caráter processual. Para isso Turner, de acordo com Rodrigues, formulou quatro fases de desenvolvimento do processo, que são: “a) quebra de normas regulares que governam as regras sociais; b) fase de conformação da crise; c) utilização de mecanismos de ajustamento e d) reintegração ou ruptura irreparável entre as partes do conflito” (RODRIGUES, 2011, p.22). Desta forma, se utilizará o método do drama social para entender e analisar os fatos que se desencadeiam entre os moradores da Baixada Perpétuo Socorro desde o dia do incêndio, no local, até fevereiro de 2014.

¹ Artigo escrito para o I Colóquio Internacional de Mobilidade Humana e Circularidade de Ideias.

² Jornalista, mestre em Letras – Estudos Literários e doutoranda em Sociologia pela UFC/UNIFAP. É professora do curso de Jornalismo da Unifap. E-mail: robertascheibe@gmail.com.

A Baixada Perpétuo Socorro: O cenário e os atores

O Bairro Perpétuo Socorro foi um dos primeiros da cidade. Ele margeia o rio Amazonas e localiza-se num local famoso chamado “Igarapé das Mulheres”, onde no início da cidade as mulheres lavavam suas roupas no rio enquanto olhavam seus maridos irem e virem com os barquinhos que sustentavam a família. Ali se intensificava a chegada e saída de alimentos e materiais que nutririam a população amapaense.

O pequeno porto comercial da cidade³ é localizado no bairro, que tem muitas feiras de peixes, verduras e legumes; batedeiras de açaí⁴ e churrasquinhos vendidos na rua. Também há um farto comércio popular, com lojas de confecções que expõem as roupas na calçada do estabelecimento. O bairro igualmente tem muitas lojas que vendem materiais de construção.

Quem vai do centro ao bairro, vê que à esquerda da José Tupinambá se encontram as ruas Ana Nery, Cândido Mendes, Marcílio Dias e Pedro Américo, todas na direção dos bairros Jesus de Nazaré para parte da orla do Rio Amazonas. No meio destas ruas, em fronteira com a famosa feirinha de alimentos do bairro e a Baixada Santa Marta, localiza-se a área da Baixada Perpétuo Socorro, um local de aproximadamente três quarteirões, numa área de 26.580m² (G1, 2013).

Da rua se vê apenas casas, comércios de roupas, churrasquinhos, lojas de materiais de construção. Mas, num determinado momento, entre um estabelecimento e outro, há um vão de aproximadamente um metro de largura. Há um corredor de chão batido de mais ou menos três metros de comprimento. Depois que se passa por esse corredor, cujas encostas são as laterais dos prédios comerciais, se desenham estradinhas de madeira em cima da água. Ao mergulhar o olhar para baixo das pontes, além de água suja, sobressai-se barro, papéis, vidros, plásticos, detritos. E enquanto o transeunte se preocupa em manter-se equilibrado nas passarelas danificadas, um cenário de casinhas de madeira – e algumas poucas de alvenaria – se ergue. Quanto mais se adentra neste lugar, mais imerso no labirinto se fica. Casas, igreja, panificadora, bar, mais casas, bifurcações, ponte à esquerda, à direita, ao norte, sul, leste, oeste. A frente de uma casa é grudada nas costas de outra. Para se acessar a casa de trás, ou se atravessa a casa do vizinho ou se caminha até a ponte de trás. Em resumo: olhando da rua nem se pode imaginar a cidade invisível camuflada no meio do Bairro Perpétuo Socorro. Assim como essa baixada, existem muitas outras na cidade de Macapá.

Na Baixada Perpétuo Socorro havia disputa de valores e as leis do local eram próprias. Ali, muitos moradores se faziam de “cegos, surdos e mudos”, e outros eram lideranças entre boa parte dos moradores. Sejam eles líderes comunitários ou traficantes temidos. O espaço se fixa, pelos próprios moradores, em “parte da frente” e “parte de trás”. A disputa por poder inicia na “parte da frente”, considerada a mais “evoluída”, mais bem desenvolvida, adaptada por um grupo de umas trinta a quarenta pessoas, ou 15 casas que tinham pelo menos um membro da família empregado no mercado formal. Estas se localizavam no trecho da rua Ana Nery até a Marcílio Dias. Ali as residências eram bem acabadas, pintadas e instaladas, inclusive com praticamente todos os eletrodomésticos e móveis, como guarda-louças, guarda-roupas, camas, televisores,

³ No outro lado da orla, no Bairro Santa Inês, há o porto para passageiros e na cidade vizinha de Santana está fixado o maior porto do Estado do Amapá, que se detém, essencialmente, em exportações de madeira e, desde os últimos anos, de soja para o exterior.

⁴ Nome do local onde é batido e vendido o Açaí, fruto consumido pela maioria dos amapaenses nas principais refeições. Os amapaenses tomam o caldo grosso com peixe, ou carne, ou frango. Geralmente com farinha.

condicionadores de ar, entre outros. Eles ainda detinham um bem simbólico de muito valor: um banheiro dentro de casa. O poder era maior ainda caso o banheiro tivesse vaso sanitário, pia e azulejos. E havia ainda os moradores da “parte de trás” da baixada, situada no trecho que vai da rua Pedro Américo até a rua e que dividia a baixada Perpétuo Socorro com a Santa Marta, que ia da entrada Maestro Miguel até o Comercial Estrela. Era onde a maioria dos moradores vivia. Nesta “parte” alguns habitantes praticamente não tinham móveis e muito menos eletrodomésticos; mas praticamente todos tinham televisão. Os moradores também não possuíam banheiros, e usavam as populares “retretes”, cujos dejetos ficavam ao lado da casa. A Baixada Perpétuo Socorro, em muitas situações, se assemelhava a Winston Parva, cidade referida por Norbert Elias e John Scotson (2000), com uma rede de sujeitos estabelecidos e outra rede de indivíduos outsiders⁵.

Neste espaço viviam Maria de Jesus⁶, parteira aposentada; Ramiro e Roberto, trabalhadores de serviços gerais; Ronaldo, técnico em enfermagem; Isidora, agente comunitária; Diomira, professora; Cecília, vendedora de produtos da Avon; Fernandes, aposentada; Zirma, cozinheira; Zaíra e Maurília, desempregadas; Abraão, trabalhador na empresa de energia do Estado; Loiro, biscateiro; Isaura, parteira aposentada; entre tantos outros homens e mulheres. Alguns trabalhadores estão desempregados, outros aposentados. Crentes e descrentes, solteiros, casados e separados, com maior e menor renda... Todos em busca de uma “vida melhor para a família”.

A Baixada Perpétuo Socorro se transforma em cinzas: A ruptura com o modo de vida

Quarta-feira, 23 de outubro de 2013, dia em que iniciou a primeira fase de um processo que expressa o drama social pensado por Turner (1972). Eram 17h quando vi uma gigantesca fuligem negra borrando o céu muito azul de Macapá que anunciava o fim da Baixada Perpétuo Socorro.

As cenas pareciam de filme. O corpo de bombeiros – que por sinal acionou todos os bombeiros da cidade de Macapá, inclusive os que estavam de folga foram chamados de emergência – tentava impedir a passagem das pessoas que não estavam diretamente envolvidas no incêndio. Consegui estacionar o carro nas redondezas das ruas São José (uma rua anterior ao quarteirão da baixada) com a Ana Nery. Ouviam-se sirenes, caminhões de bombeiros, carros de polícia, cidadãos apavorados que tentavam salvar a sua vida e os seus pertences. Quem não conseguia descer a rua Ana Nery, após a São José, permanecia naquela esquina, um ponto alto, um pequeno morro e aguardava para ver se havia alguma pessoa que pudesse ajudar. Outras centenas gravavam tudo com os mais variados tipos de telefone celular. Quem registrava as imagens com a câmera ou com os olhos, via um mar de gente tentando subir a rua Ana Nery com objetos pessoais. Pessoas carregando aparelhos de televisão, sacolas de roupas, botijões de gás nas costas e até geladeira. Animais de estimação perdidos, olhando para os lados; pessoas tentando manobrar carros sem conseguir movê-los, de tanto que tremiam. Muitos se abancavam no meio-fio da rua, punham as mãos na face e narravam que haviam saído com a roupa do corpo.

Às 17h35 as labaredas se intensificaram. Assim que os residentes intuíram o incêndio, começaram a

5 Referência ao livro de Norbert Elias e John Scotson, *Estabelecidos e Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade* (2000) em que haviam grupos distintos, porém os Estabelecidos se consideravam em situações superiores aos outsiders.

6 O nome de todos os interlocutores e todas as interlocutoras da pesquisa, para maior segurança, foram substituídos pelos nomes das cidades invisíveis e seus coadjuvantes da obra de Ítalo Calvino (1990), e também por pseudônimos que alguns interlocutores escolheram.

retirar seus pertences do local. Mas como o fogo começou na parte do antigo Onoratto, bem no final da Baixada, ou seja, na “parte de trás”, os moradores da “parte da frente” acreditavam que o fogo não chegaria em seus lares, como foi o caso de dona Maria de Jesus, que detinha uma das primeiras casas situadas na parte da frente. Ela estava muito confiante de que não seria necessário retirar suas coisas. No entanto, o fogo chegou rápido e dona Maria de Jesus foi levada pelos Bombeiros para fora de sua casa, sem conseguir salvar quase nada. Mais tarde, um vizinho dela, Loiro, me disse que “os bombeiros tiraram a dona Maria de Jesus à força. O fogo encostando na casa dela e ela não queria sair. Eu dizia: ‘Sai daí dona Maria de Jesus, a senhora vai morrer!’”. Quando encontrei com a senhora de 73 anos, no outro dia, ela exclamou: “Eu não queria sair, me tiraram de lá. E quase tudo o que eu consegui tirar da minha casa me roubaram!”⁷. Aliás, com imensa tristeza, lá da rua São José, eu vi a casa de dona Maria de Jesus queimar. Pelos comentários dos populares, o fogo por ali alcançava em torno de 40 metros de altura.

Por volta das 18h o vento aumentou, em função do movimento da maré que vinha do Rio Amazonas, há um quilômetro do local. E o fogo que apenas triscava os açazeiros da área entre Marcílio Dias e Ana Nery os tomaram com força. Nesta hora os bombeiros começaram a derrubar as árvores para tentar amenizar o fogo. Quando a noite caiu, por uns três segundos as sirenes de polícia, bombeiros e pronto-socorro pararam de soar e então se escutavam pessoas e animais gritando e chorando desesperadamente. Eu tentava ligar para todas as pessoas que conhecia para verificar se precisavam de ajuda. Mas, em razão do ocorrido, a energia foi desligada no local e nenhum telefone ou internet funcionava. A pane foi geral. Quando o fogo foi diminuindo atravessei o bairro. Parei ao lado do supermercado Fortaleza. A noite já estava totalmente escura e não tinha luz.

Neste dia 250 casas, de acordo com a Defesa Civil (G1, 2013), foram queimadas. No entanto, os próprios moradores estimam o dobro, uma vez que a maioria das casas possuía os “puxadinhos” para cima, ou para trás. Em cada um destes locais morava uma grande família. Mas ao visitante desconhecido, parecia ser apenas uma casa. Segundo o laudo dos Bombeiros, em informação amplamente divulgada pela mídia – e julgada pela imprensa marrom -, alguns meninos que estavam consumindo drogas brincavam com palitos de fósforos em uma das casas da “parte de trás”, “lá pra banda do Onorato”. Mas nem todos os moradores acreditam nesta versão ou duvidam dos nomes dos culpados. Como a grande maioria das residências era estruturada em madeira, e à tarde o vento perto da orla sopra forte, o fogo consumiu os mais de 26 mil metros quadrados em torno de 2h30. No entanto os bombeiros lutaram contra o fogo até mais de 23h. No outro dia visitei o local e a fumaça ainda saía das cinzas.

Em torno de 22h as pessoas que perderam suas casas e suas roupas, e que não tinham parentes próximos que os acolhessem, começaram a ser encaminhados para abrigos, que de forma muito rápida foram agilizados. Havia um central, no Ginásio Avertino Ramos, o maior de todos, localizado no centro e bem próximo ao local do incêndio; uma escola próxima ao ginásio apenas recebia donativos; e havia duas escolas grandes no Bairro, que pararam com as aulas para transformar as salas em quartos coletivos: A Maestro Miguel e a Mario Andreazzi.

Como afirma Turner (1974, p.161), os dramas sociais podem abranger tanto sujeitos de um grupo como

⁷ Depois se descobriu que a maioria dos moradores foram saqueados ao retirar seus pertences de casa. Os saques eram feitos, segundo eles, por alguns moradores do mesmo lugar. Ambas as falas estão registradas no diário de campo de 28 de outubro de 2013.

peças com posição mais ou menos relevante e que podem estar vinculadas a questões de parentesco, como foi o caso na Baixada, em que se afetaram moradores da “parte da frente”, formada em torno de cinco famílias grandes e da “parte de trás”, constituída de muitas famílias. As cláusulas seguidas por uma comunidade mantém o grupo, porque seguem regras de interesses que se equivalem e proporcionam um equilíbrio, mesmo que aparente, entre eles. Mas quando há uma ruptura todos se esforçam para restabelecer a suposta harmonia do grupo.

No caso da Baixada Perpétuo Socorro a ruptura é causada pela fatalidade do incêndio, resultado das escassas condições do lugar; mas que se forem refletidas de modo profundo e histórico, se chegará à ocupação de terras da união, à omissão do Estado em permitir habitação em terras de preservação ambiental e em não observar as condições de vida nestas áreas habitadas. Governos estadual e municipal apenas faziam reparos em pontes e pisavam em ovos com a população desses locais para não perder a imensa quantidade de votos que todos os moradores lhes proporcionavam nas eleições.

“Vamos voltar a invadir”: A crise e a sua conformação

Ainda na noite do incêndio os moradores foram levados para os abrigos. Eles permaneciam estupefatos, pareciam perdidos, assustados. Pegavam uma roupa doada, deitavam em colchões do exército, tentavam falar com parentes. Mas no outro dia se iniciou um período de expectativas, medos, revoltas, boatos e preocupações.

Todas as pessoas com quem eu conversava me diziam a mesma coisa: “agora vamos esperar o que vai acontecer”, “estamos aguardando para ver o que o governo vai dizer”, “tomara que o governo nos dê uma casinha”, “a senhora é do governo??”, “Vamos escutar! Agora eles vão falar no microfone!”. Todas as pessoas afetadas foram dispersas pelos abrigos na cidade, de forma aleatória; logo não necessariamente os grupos que eram próximos na baixada estavam em contato nos abrigos. Todas tinham uma expectativa muito grande em receber uma ajuda do governo. E enquanto o governo não trazia informações concretas, as fofocas se intensificavam, como a que ocorreu em torno dos culpados – e na busca para encontrá-los - do incêndio. Diz o laudo da Polícia Civil e dos Bombeiros do Estado do Amapá que havia quatro jovens consumindo drogas e que um dos fósforos teria iniciado o fogo. Alguns moradores discordavam desta versão. A fofoca agitou os abrigos. Os da “parte da frente” não sabiam direito como havia começado o fogo, mas concordavam com o laudo. Estes comentários fizeram com que os da “parte de trás” – que são em número muito maior - divergissem sobre os culpados, o que causou uma desunião neste grupo.

Neste período inicial da crise ocorreram várias outras fofocas e boatos, originando o que Turner chama de período de “liminaridade” (1972 e 1974b), de mudança entre o local e o estilo de vida dos moradores e o processo transitório ao futuro próximo. É um momento propício a condutas e atitudes conflitantes, de tensões que no dia a dia ficam encobertas. As fofocas e boatos, além dos culpados do incêndio, giravam em torno de como “tem gente que não está aqui, mas está com nome na lista das casas”, “Olha ali.... até ontem andava de shortinho, agora tá aí, andando de saião”, se referindo às doações que chegavam nas escolas. Mas também havia boatos maiores, como: “o governo tá querendo mandar a gente lá pro Bairro Ipê e Açai.... mas a gente não quer ir pra longe não. Queremos ficar aqui no bairro, no centro”, “não vou morar longe não. Vamos voltar a invadir aqui”, “tão querendo fazer uma praça no lugar da baixada, mas vai servir só pra malandro fumar droga”, “aqui nós estamos no centro! Vamos ficar aqui!”, “se continuar com

essa história, vou ligar para os meninos do presídio e eles vão tocar o terror”.

No final da semana os governos municipal e estadual acordaram que os moradores receberiam um aluguel social no valor de R\$350,00 até receberem as moradias populares que ficariam prontas até fevereiro ou março de 2014 nos bairros Açaí e Ipê, localizados na saída da cidade pela Zona Norte, ou seja, para eles muito longe do bairro em que eles estavam. Após esta definição, os moradores esperaram a liberação do dinheiro do aluguel, procuraram casas neste valor e mudaram-se com a família. Poucas famílias conseguiram permanecer no bairro. A maioria que alugou imóveis nas redondezas pertencia à antiga “parte da frente”, e os demais conseguiram alugar pequenas casas em outros locais da cidade, sobretudo outras áreas de ressaca (os aluguéis dos imóveis estão muito caros em Macapá. A maioria das famílias, com os R\$350,00 conseguiram alugar casas em outras Baixadas, uma vez que foi proibido que as famílias juntassem os alugueis sociais para alugar um imóvel maior que coubesse a 10, 15 pessoas. Então pequenos núcleos precisavam alugar casas exatamente no valor recebido pelo governo).

Para Turner, a crise esmiúça os comportamentos e as lutas dentro do mesmo grupo, e tem disposição a elevar-se durante o processo. É exatamente o que ainda acontece entre as pessoas que residiam na Baixada Perpétuo Socorro. A crise deste processo perdura desde o dia 24 de outubro de 2013 e tinha o prazo para terminar em junho de 2014, no entanto, a crise não findou para todos, porque algumas famílias ainda não receberam as suas casas oriundas do governo e os aluguéis sociais geralmente atrasam. Neste caso há uma variação para a intensidade da crise, mas até agora seu ápice foi em fevereiro de 2014 quando mudanças foram anunciadas. Foi neste momento que parte do grupo se uniu para protagonizar as alianças e negociações. O ocorrido foi que, logo após o incêndio, prefeitura e governo fizeram algumas promessas àquele grupo: Lhes dariam um aluguel social no valor de R\$350,00 e uma cesta básica no Natal e sempre que fosse possível. E em fevereiro de 2014 a Prefeitura Municipal e o governo do estado lhes entregariam os apartamentos populares prontos para moradia. A prefeitura ficou responsável pelo término da construção dos apartamentos no bairro Ipê (100 moradias) e governo do estado terminaria os imóveis no Bairro Açaí. Ambos os bairros estão localizados no final norte da cidade e os dois empreendimentos, no momento do incêndio, já estavam sendo construídos a todo o vapor. Tinham a finalidade de serem sorteados entre a população de baixa renda do município.

A crise aumentou porque os aluguéis sociais começaram a atrasar para algumas famílias, em até dois meses. A cesta básica de Natal foi concedida a pouquíssimas famílias, e somente aquelas “de certas condições”, como diz dona Maria de Jesus. Outras cestas básicas jamais foram entregues. Fevereiro de 2014 chegou e somente os apartamentos no Bairro Ipê foram finalizados. No dia 12 de fevereiro aconteceria o sorteio das casas na Caixa Econômica, no entanto o mesmo foi cancelado. Diomira, uma das ex-moradoras, me mandou uma mensagem: “Não teve o sorteio! Nos mentiram de novo!”. Os moradores, através de seu porta-voz, seu Barreto, iniciaram uma pressão sobre os órgãos públicos. O grupo estava preocupado com relação ao sorteio dos nomes que iriam para o empreendimento finalizado e temendo ter que esperar o empreendimento do governo, sem o auxílio do aluguel social – este com data para terminar em abril – e sem as cestas básicas.

Para isso foi realizada uma reunião no dia 24 de fevereiro de 2014, terça-feira, na Associação dos Pescadores no Bairro Perpétuo Socorro em frente à Orla do Rio Amazonas. A reunião, que estava marcada para às 15h iniciou depois de 16h. Na mesa de negociações, como as principais unidades envolvidas no acontecimento,

estavam presentes o seu Barreto, representante dos moradores, e representantes do governo do Estado e da Defesa Civil. Entre o grupo de ex-moradores a participação se consolidava em torno de duzentas pessoas. Os representantes da prefeitura ficaram isentos porque haviam cumprido a sua tarefa de finalizar o conjunto habitacional (faltava o sorteio das casas). O Ministério Público não compareceu. Na análise da situação social fica claro o embate político. Num período pré-eleições, em que a prefeitura cumpriu sua promessa, o governo do Estado precisava participar da mesa de negociações. Os representantes do governo sabiam que teriam uma tarde muito difícil na reunião, por conta do problema em si, da dificuldade e interesse em resolvê-los e sobretudo por avistar um período eleitoral nos próximos meses. O governo, como poder dominante, autoridade máxima de subsídio e sobretudo de força e superioridade, que pode nutrir, paralisar ou apaziguar conflitos, pela primeira vez não se sentia confiante nem no poder. Porque não estavam em seu território.

Quando o representante da Defesa Civil iniciou a sua fala no microfone, não dava para o entender, porque a acústica do lugar era terrível e havia muita conversa paralela. Os moradores conversavam entre eles, se abanavam com panos e folhetos para tentar dissipar o calor. O engenheiro, que era o representante da defesa Civil, dizia querer ajudar o grupo, mas sempre que falava era muito vaiado. Por inúmeras vezes os representantes batiam em um sininho em cima da mesa para pedir “ordem”. Um ato de ingenuidade dos representantes governamentais, pois ali eles não estavam no comando. A ordem da hierarquia, pelo menos por uma tarde, havia mudado.

A grande indagação entre os moradores – que não estavam organizados para se manifestar – era de que não teriam onde morar nem o que comer, já que um conjunto habitacional não ficou pronto e estavam atrasados os aluguéis sociais e as cestas básicas. Então, um grupo de moradores queria voltar a ocupar a área da baixada, que está completamente isolada pela defesa civil. Durante a reunião, o engenheiro – cujo nome não foi dito e nem se teve acesso a ele para perguntar – explicou que a área de ressaca em que eles moravam está isolada porque além de ser local de proteção ambiental neste momento se ratifica em uma área de risco. Afirmava enfaticamente que os moradores não poderiam voltar àquele lugar. E os moradores o vaiavam e algumas pessoas gritavam.

Os moradores questionavam quanto tempo as casas levariam para ser finalizadas. No momento da reunião os representantes do Governo diziam que assim que tivessem a informação lhes repassariam. Esta incerteza gerou uma tensão muito grande na reunião, as pessoas afetadas pelo o incêndio já estavam sem paciência para as indefinições governamentais. Estavam tensas porque estavam humilhadas, abandonadas, sem casa, sem comida, sem dinheiro. Não lhes restava mais nada a não ser brigar pela casa. Por isso as vaias e a falta de paciência. Todos, ali, estavam no limite do sofrimento. As mães sustentavam um estado de agonia pelos seus filhos, não sabiam a hora que poderiam dar-lhes comida e uma cama. Muitos homens bebiam arrasados, com a noção de pertencimento dilacerada. No outro dia lhes foi dito que o conjunto habitacional seria entregue em junho de 2014. Outro questionamento era se eles continuariam a receber, de forma regular e sem atrasos, os aluguéis sociais e as cestas básicas até que lhes fossem entregues os apartamentos. Em todos os momentos, exceto o representante da defesa civil, todos os demais representantes saíram pela tangente – obviamente já pensando nas eleições para o governo do estado que acontecem em outubro de 2014. O povo ria, escarnecia e determinadas mulheres gritavam. Foi um momento de união do grupo que compartilhou uma experiência que os dilacerou, e exigiam a resolução dos conflitos. Fazer a reunião em sua própria sede, na Associação dos Pescadores

do bairro Perpétuo Socorro, reverteu a hierarquia. Ali, quem mandava era eles. Eles sabiam que os representantes do governo estavam ali para uma obrigação, acuados porque sabiam se suas falhas. E com medo de cada palavra que dissessem, pensando nas eleições de outubro. Era este, portanto, o momento das pessoas que viviam a fase da liminaridade transpor as dificuldades e fortalecer o grupo. A coletividade ganhou força, assumiu o controle do assunto em pauta, no sentido de tornar possível a retomada da casa, do lar, do seu espaço e lugar, de seu pertencimento de moradia.

Enquanto eu assistia aos acontecimentos, chegou uma equipe do programa policial Rota 16. O repórter e o cinegrafista foram muito observados. As pessoas iam conversar com eles, os chamavam pelo nome, queriam dar entrevistas e se sentiam muito valorizadas quando isto acontecia. Depois das explicações das autoridades, muitos moradores fizeram fila para fazer perguntas aos representantes dos governos e se irritavam com a demora das respostas, revirando os olhos para cima, rindo e dizendo para as autoridades que queriam falar. É preciso enfatizar que a estrutura organizacional da Baixada Perpétuo Socorro, vigente até o dia do incêndio – e obviamente sem generalizações –, era fundamentada na informalidade, da vida nas fronteiras entre legal/ilegal, ocupação/emprego/desemprego, no consumo de alimentos baratos e no estilo de vida “sumano”⁸ de ser. Desta forma, a população das áreas de Baixada não se prende a horários, hierarquias governamentais e não se submete a regras.

No final da reunião se apresentaram mais oito moradores voluntários para fazer parte da comissão dos moradores até então formada por seu Barreto e mais duas pessoas. A missão do grupo, de acordo com as orientações do engenheiro da Defesa Civil, era apresentar um pedido ao Ministério Público Federal para uma audiência. Eles foram instruídos a agendar um encontro com a secretaria de assuntos Institucionais, através de seu secretário para verificar a situação dos moradores. Caso contrário ocorreria uma ação judiciária. No final da reunião menos da metade dos moradores permanecia no local.

É necessário enfatizar que a natureza e o momento dos atores envolvidos no processo, no que diz respeito ao ápice da crise, pode variar de pessoa para pessoa. Para algumas, a crise maior foi ficar em abrigos e ter de comer sempre as mesmas comidas entregues pelo governo; para outros foi a falta do aluguel social e das cestas básicas; e para outras tantas pessoas o auge foi não ter sido sorteado para receber a moradia. Já as estratégias dos ex-moradores para agilizar a situação é criticar políticos na mídia na iminência das eleições, ameaçar invasões e também “colocar o governo na justiça”. Já os órgãos governamentais usavam a estratégia de divulgar amplamente em todos os meios de comunicação a doação dos conjuntos habitacionais para a população e de auxiliar a todos através de cestas básicas e aluguel social.

A chegada do lar: Ação reparadora e espera do desfecho

Na sexta-feira, 28 de fevereiro de 2014, se iniciou a terceira fase do drama social elaborado por Turner, no que se relaciona aos mecanismos de ajustes e reparações que buscam diminuir os efeitos da ruptura. Para isso, foram acionados mecanismos de natureza informal, como os rituais públicos das reuniões e protestos; e da natureza formal, como o auxílio do Ministério Público Estadual para o acompanhamento dos ex-moradores no sentido de atenuar a crise e a revolta; e o trabalho da Caixa Econômica Federal

⁸ Canção amapaense “Vida Boa”, escrita por Zé Miguel e Joãozinho Gomes, que fala do estilo “sumano” do amapaense, que é levar a vida “assim devagar/ precisa mais nada não para atrapalhar/ basta o céu, o sol, o rio e o ar./ E um pirão de açaí com tamuatá”. Na estrofe principal da música, conhecidíssima no Amapá, Zé Miguel, o intérprete principal da música, canta: “Que vida ao sumano/ nós não tem nem que fazer planos/ e assim vão passando os anos/ Eita! Que vida boa”.

que sorteou os nomes das pessoas que receberiam as suas casas no loteamento do Bairro Ipê, finalizados pela Prefeitura Municipal de Macapá. E assim que apresentaram os papéis, esses moradores já puderam se mudar para as suas novas casas. A família de dona Maria de Jesus foi uma das contempladas. Eles conseguiram três casas no local, uma vez que cada filho tem uma família formada (e cada um deles tinha a sua casa na Baixada). A mudança de parte deles ocorreu no dia 13 de março de 2014. Uma média de 100 famílias foram contempladas pelos imóveis e até o dia 17 de março de 2014 ainda estavam em processo de mudança. Das outras 150 famílias mais da metade delas entrou no conjunto Macapaba até dezembro de 2014, o restante das famílias ainda aguarda a sua residência (são 150 famílias mas a oferta foi de 262 casas, justamente porque na Baixada, em uma casa, moravam de 10 a 16 pessoas que totalizavam até 3 famílias, e as casas dos conjuntos são muito pequenas. Logo, foram disponibilizadas mais casas para cada núcleo familiar). Os aluguéis sociais atrasados foram pagos num primeiro momento, depois voltaram a atrasar.

Nesta terceira fase, de certa forma, os mecanismos reparadores manipulam a crise, numa falsa sensação de reestabelecimento da paz e da tranquilidade, uma vez que não se resolveu a situação para mais de 80 famílias, nem houve ação reparadora definitiva, que era para ter acontecido em junho de 2014, de acordo com a promessa do governo Estadual. No entanto, a finalização das obras no conjunto atrasaram e uma nova data foi marcada, para agosto de 2015.

Para que em agosto de 2015 possa haver um desfecho para os acontecimentos em torno à essa situação é necessário que o governo Estadual execute a entrega das habitações, num sentido de resgatar um sentimento de dignidade, tranquilidade, e, futuramente de pertencimento; já que o de identidade de “morador da Baixada Perpétuo Socorro” é impossível recuperar. No entanto, se as habitações não forem entregues, ou a ação reparadora continuará travada ou poderá ocorrer uma ruptura irreversível.

A situação dos ex-moradores continua a ser de inconstância e tensão. As famílias que ainda não foram para os conjuntos habitacionais estão desestruturadas e divididas em habitações distintas, e estão sem orçamento financeiro e trabalho. Irreversível é o sentimento de comunidade, já que as pessoas foram e serão encaminhadas para dois grandes loteamentos diferentes, porém não é irreversível a situação de habitação e territorialidade. A tendência, num caso como esse, de acordo com Turner (1974) é abandonar aquele grupo fechado, no caso da “parte da frente” e “parte de trás” para a formação de um novo e fechado grupo após a distribuição de todos os apartamentos; construindo um novo modo de vida inserido num sistema de regras e relações criadas por eles.

As várias extensões que compõem este drama social em questão são reveladas nas relações de ocupação e habitação, num sentido de fragilização da moradia e do *modus operandi* da vida cotidiana. O incêndio, apesar de ser um grande acidente, expõe o grave problema de habitação para a população de baixa renda em Macapá e exhibe a precariedade das políticas públicas para a diminuição dessas desigualdades⁹, que visivelmente privilegiam interesses políticos de um grupo distinto e pequeno de milionários¹⁰.

9 De acordo com o IBGE, senso de 2010, 45% da população de Macapá não tem nenhum tipo de rendimento. 40,2% tem renda de até dois salários mínimos, 19,54% da população tem renda de até um salário mínimo, 9,5% recebe de dois a cinco salários mínimos, 3,83% recebe de cinco a dez salários mínimos, 0,93% recebem mais de dez salários mínimos e 0,3% recebe acima de vinte salários mínimos.

10 De acordo com o jornal Diário do Amapá, de 11 de janeiro de 2014, o Estado do Amapá possui 182 milionários. Numa economia pautada no contracheque do funcionalismo público, o jornal estima que os milionários lucram através de agiotagem ou corrupção do dinheiro público.

Considerações finais

A opção metodológica da noção de drama social, proposta por Victor Turner, possibilitou a reflexão dos acontecimentos envolvendo os moradores da Baixada Perpétuo Socorro e comportou a natureza dos liames edificados entre os moradores da “parte da frente” e da “parte de trás” da Baixada e das relações e dos conflitos destes com os próprios representantes dos governos estadual e municipal. Por meio de uma observação com intenções etnográficas, aliado ao método do drama social, se pode compreender interesses, estratégias e ações empreendidas pelos dois lados interessados nos acontecimentos. Também é preciso entender que para haver um desfecho é necessário que os ex-moradores da Baixada Perpétuo Socorro readquiram um espaço que possam chamar de “seu”, para que possam embrenhar num novo lar que crave na memória afetiva, para que além das feições políticas e territoriais possam considerar um ambiente de socialização, onde as famílias se sintam seguras e livres, protegidas e à vontade, como era o caso da “Baixada”. A ratificação da retomada pela terra e pela casa – que ainda falta para muitas famílias – será o fim do estado de liminaridade (Turner, 1974) e, possivelmente, resultará em compartilhamento de experiências e buscas de objetivos em comum.

O drama social apresentado revelou um momento de extrema tensão e tristeza para os moradores afetados pelo incêndio, porque, em razão de sua fragilidade econômica e social as pessoas passaram por um momento sem ter para onde ir, sem dinheiro, roupas, comida, casa e móveis. A incerteza do recomeço, para eles, era imensa e ainda é para mais de 80 famílias que ainda não foram direcionadas para os conjuntos habitacionais. Percebe-se uma morosidade por parte do governo Estadual, que ainda não finalizou os apartamentos e muitas vezes atrasou o aluguel social. A situação deste drama se intensificou quando o governador Camilo Capiberibe perdeu as eleições no Amapá para a oposição de Waldez Góes. Isto atrasou os trabalhos de finalização do empreendimento Macapaba nos seus últimos meses de governo e que agora também levam um certo tempo para reiniciar neste nova gestão. Enquanto isso os moradores sofrem sem conseguir pagar aluguel, moram em lugares alugados insalubres, sem saneamento básico, estão desempregados, sem sentimento de pertencimento de moradia, e na agonia da sobrevivência diária. Estão esquecidos pelas políticas públicas e sofrem com estigmatizações.

O drama social se intensifica neste caso porque a vontade dos moradores era permanecer no Bairro Perpétuo Socorro, seu lugar de pertencimento social e de moradia. Lá para eles era o lugar “do coração”, onde tudo ficava perto: posto de saúde, supermercado, escola, restaurante, feira do pescado, e os lugares para fazer um trabalho informal também era perto. Tudo era possível fazer a pé. Agora, para os moradores que já estão alocados nos conjuntos habitacionais, a dificuldade é se adaptar a distância de tudo. Eles moram num lugar que, comparado ao tempo e espaço da Baixada, é tudo distante. Para sair de casa é necessário andar de ônibus e ter o dinheiro da condução. Os demais moradores que ainda esperam suas casas também estão em bairros afastados, morando em baixadas com alugueis de R\$350,00.

Macapá ainda é uma cidade sem grandes divisões de classe no que diz respeito ao seu espaço. Não há bairros de elite ou de pobres. Mas futuramente esta situação ficará muito visível. É necessário enfatizar que os governos Municipal e Estadual, amparados pela vontade da classe média, começam a fazer conjuntos habitacionais há 20, 30 quilômetros do centro, como é o caso dos conjuntos habitacionais Macapaba e Mestre Oscar Santos, na lógica de que “lugar de rico, ou de gente decente é no centro” e “lugar de gente pobre, ou lugar de bandido é longe do centro”. Há uma polêmica grande em torno disso, embora as pessoas

neguem perante os meios de comunicação. Na perspectiva dos ex-habitantes, hoje, a volta da moradia na Baixada Perpétuo Socorro é uma utopia, pretendida em sua maioria por aqueles que viviam da ilegalidade como o tráfico de drogas. Estes não se cadastraram na Caixa Econômica Federal para a aquisição da casa própria e os vizinhos nunca mais os viram. Logo, a casa no conjunto habitacional é uma realidade e um direito, mas com um mínimo de certeza, respeito e reconhecimento.

Por enquanto, depois de um período de liminaridade (TURNER, 1974) – que para muitas famílias ainda continua -, ocorre a formação de novas redes de moradores em outras territorialidades que tomam como referência a memória do deslocamento forçado, onde se aprende a “se acostumar com o novo lugar”, “com o tempo vamos ter tudo aqui perto de novo”, “moramos lá há 30 anos, temos muita saudade daquele lugar, mas era uma bomba que podia estourar a qualquer momento”, “aqui a casa é nossa, podemos fazer um puxado”, “Esta casa tem escritura” e “eu acordo todo dia e olho para esta vista maravilhosa”. Segundo a maioria, “aqui agora é a nossa casa”. No entanto, estas famílias fazem parte de um grupo que continua a se movimentar e a se mobilizar na luta por melhores direitos básicos em suas formas de vivências.

Referências

CALVINO, Italo. **Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ELIAS, Norbert; e SCOTSON, John. L.; **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade**; tradução Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Sússekind – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, 224 p.

G1. **Bombeiros iniciam perícia para saber causas do incêndio no Amapá**. (www.g1.com.br/amapa) – Acesso em 24 de outubro de 2013, às 13h27.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Dramas sociais como ferramenta metodológica e analítica no estudo de processos de mudanças contemporâneas. In: **Rituais, Dramas e Performance**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

TURNER, Victor. **Schism and continuity in na African Society**. Manchester University Press, 1972.

TURNER, Victor. **Dramas, fields and metaphors** – symbolic action in human society. EUA: Cornell University, 1974^a.

TURNER, Victor. **O processo ritual**. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 1974b

TURNER, Victor. **By Means of Performance: intercultural studies of theatre and ritual**. Cambridge University Press: Richard Schechner and Willa Appel Edições, 1990.